

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.946 – Brasília, terça-feira, 1º de junho de 2004



Marco Antonio Rezende/COB

BOLSA PODE BENEFICIAR ATLETAS OLÍMPICOS

Bolsas com duração de um ano, no valor de até R\$ 2.500, podem beneficiar praticantes de modalidades olímpicas e paraolímpicas. Proposta com esse objetivo, apresentada pelo ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, quando ainda era deputado, deve ser analisada pela Comissão de Educação, que se reúne hoje, a partir de 11h.

Página 3

INCENTIVO O objetivo da proposta em discussão é estimular as diversas modalidades olímpicas e paraolímpicas

MPs e parceria público-privada, os temas do Senado na semana

Liberação da pauta depende da votação de cinco medidas provisórias, entre elas a que autoriza a antecipação da transferência de recursos da Cide a estados para recuperação de rodovias.

Na CAE, governo tenta impedir alterações no projeto das parcerias público-privadas

Página 3



Roosevelt Pinheiro



Célio Azevedo

PAUTA Enquanto o Plenário discute as medidas provisórias, a CAE (foto à direita) deve analisar o parecer de Valdir Raupp propondo modificações nas parcerias público-privadas

Viana diz que Brasil Sorridente terá este ano R\$ 230 milhões

O programa Brasil Sorridente, lançado em março pelo presidente Lula, deve receber este ano R\$ 230 milhões, segundo informou o senador Tião Viana. Até 2006, de acordo com ele, serão investidos R\$ 545 milhões.

Página 8

Há recursos para aumentar mínimo acima de R\$ 20, afirmam Paim e Serys



Paim: governo não deve dizer que faltam recursos

Roosevelt Pinheiro

Estudos de instituições independentes demonstram que é possível conceder reajuste superior aos R\$ 20 estabelecidos em medida provisória do governo. Quem garante são os senadores Paulo Paim e Serys Slhessarenko.

Página 7



Roosevelt Pinheiro

Serys: governo gerou superávit acima do exigido

Tourinho cobra estratégia para desenvolver o turismo

A criação de uma “Marca Brasil” que simbolize o esforço de divulgação das atrações turísticas do Brasil no exterior foi defendida ontem pelo senador Rodolpho Tourinho. Ele quer também roteiros turísticos mais abrangentes.

Página 4

Paulo Elifas anuncia pólo de piscicultura em Cacoal

Rossetto Finheiro



Elifas explica que atividade vai atingir cem granjas

Afirmado que é por meio das iniciativas locais que surgirão as soluções dos maiores problemas nacionais, o senador Paulo Elifas (PMDB-RO) anunciou ontem que o município de Cacoal, em seu estado, deve tornar-se referência nacional em piscicultura. Ele disse que Cacoal vai criar um pólo com a construção inicial de cem piscigranjas, cada uma com dois tanques para a produção de tambaqui, um peixe amazônico.

Paulo Elifas ressaltou que essa é uma atividade de baixo custo, que pode ser uma alternativa viável de geração de empregos e melhoria da alimentação do povo. Cacoal possui grande potencial de recursos hídricos inexplorados, observou o senador, daí por que a seu ver não haverá problema com a criação desse pólo de piscicultura.

– A produção estimada para os cem produtores é de 72 mil quilos de pescado, que deverá ser consumida, integralmente, no mercado regional. Cada produtor poderá alcançar uma renda anual superior a R\$ 20 mil. Mas é na melhoria da merenda escolar que deverá residir o objetivo mais nobre do projeto. O consumo de 100 gramas de produtos à base de peixe representa 15% das necessidades diárias de uma criança em fase de crescimento.

Agenda

Projeto sobre a marinha mercante é o primeiro item da pauta

Cinco propostas trancam a pauta de votações do Plenário, que se reúne a partir das 14h30 de hoje. O primeiro item a ser votado pelos parlamentares é o projeto de lei de conversão (PLV 34/04) originado de medida provisória (MP 177/04) que trata do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM).



Museu do Senado

Está prevista para hoje, às 18h30, no Salão Nobre do Senado, a solenidade de doação, ao acervo do Museu do Senado Federal, da Pasta de Despacho que pertenceu ao senador do Império e

conselheiro de Estado José Thomaz Nabuco de Araújo. A doação será feita por Afrânio de Mello Franco Nabuco. Diversas autoridades participarão do evento.

Ministro Miguel Rossetto fala à CPI da Terra

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, participa, às 9h30, de audiência pública na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra. O colegiado investiga a estrutura fundiária

brasileira, os processos de reforma agrária e urbana e os movimentos sociais ligados à questão, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a União Democrática Ruralista (UDR).

CPI da Exploração Sexual realiza audiência em Fortaleza



A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual realiza hoje, a partir das 8h30, uma série de audiências públicas na Assembleia Legislativa do Ceará, em Fortaleza, com o objetivo de investigar o turismo sexual. Participam da reunião o presidente da Assembleia Legislativa do estado, deputado Marcos Carls; o secretário de Ação Social, Raimundo Gomes de Matos; e a delegada da Criança e do Adolescente, Renata Gomes de Moura, entre outros.

Estatuto da Igualdade Racial em discussão na CAE

Pode ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne às 10h, o projeto (PLS 213/03) que cria o Estatuto da Igualdade Racial. A CAE discute ainda proposta (PLC 10/04) que estabelece normas para a licitação e contratação de parceria público-privada (PPP).



Benefício para atletas

A Comissão de Educação (CE) vota hoje, a partir das 11h, projeto que cria a Bolsa-Atleta. A iniciativa beneficiaria os que praticam esportes vinculados aos Comitês Olímpico Internacional e Paraolímpico Internacional. O colegiado discute ainda projeto que altera as normas de concessão de incentivos fiscais à cultura.

Instalação de subcomissão

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se, às 14h30, para analisar requerimentos e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. No mesmo horário, será instalada a Subcomissão do Meio Ambiente, que funcionará no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Maguito exalta os 15 anos de Turverlândia, “cidade modelo”

Os 15 anos do município de Turverlândia, em Goiás, foram destacados em Plenário pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). “Trata-se de uma cidade modelo, com todas as obras de infra-estrutura realizadas”, comentou. Além de ressaltar a eficiência dos administradores e funcionários municipais, Maguito disse que na cidade



Maguito diz que no município não existe desemprego

“não se ouve falar” em corrupção, violência ou desemprego. O senador aproveitou para desejar “pronta recuperação” aos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Aloizio Mercadante (PT-SP), afastados da Casa por motivo de saúde. Enquanto evidenciou a imagem do presidente Sarney “como um homem brilhante”, reafirmou a Mercadante sua crença de que o governo irá reconstruir o caminho que levará o país a ser mais “justo, humano e democrático”.

Hélio Costa apela por agricultores de Carandaí

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) pediu à direção do Banco do Brasil (BB) que retire da pauta de leilões de bens dos devedores da instituição propriedades de produtores rurais do município de Carandaí, em Minas Gerais. Segundo explicou, o endividamento desses agricultores começou há três anos, quando agentes da instituição comercializaram tratores no valor de R\$ 20 mil. Hoje, essa dívida estaria superior a R\$ 300 mil.

– Um pequeno produtor do sul de Minas já chegou a se matar por não ter como pagar a dívida – comentou.

Hélio Costa revelou que um produtor rural de Carandaí, que atua há mais de 40 anos no setor e emprega mais de 30 pessoas, está prestes a perder sua propriedade em um leilão programado pelo BB para a próxima quinta-feira.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



APOIO Osmar Dias ofereceu parecer favorável à iniciativa de Agnelo Queiroz

Educação discute o projeto da Bolsa-Atleta

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 11h, para apreciar uma pauta de oito itens, entre os quais o parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR), que preside o colegiado, a projeto que cria a Bolsa-Atleta, destinada a beneficiar os praticantes de modalidades olímpicas e paraolímpicas.

O projeto (PLC 22/04), de autoria do atual ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, apresentado quando ainda era deputado, determina que as bolsas serão concedidas pelo prazo de um ano, podendo atingir o valor de até R\$ 2.500 no caso de atleta de categoria olímpica. Se aprovado, o projeto segue para votação do Plenário do Senado.

Entre os requisitos para o desportista pleitear o benefício, de acordo com o projeto, se destaca o que obriga o atleta a estar vinculado a alguma entidade desportiva e não receber nenhum tipo de patrocínio ou salário.

Na mesma reunião, a CE, que só irá apreciar amanhã projetos em decisão não terminativa, em virtude de a pauta dos trabalhos do Senado estar trancada, examina também parecer favorável de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a projeto do então senador Luiz Pastore que disciplina incentivos fiscais à cultura.

Consta ainda da pauta da Comissão de Educação o parecer do senador Flávio Arns (PT-PR) a projeto oriundo da Câmara dos Deputados (PLC 95/03) que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários, bem como proposta que dá o nome de Presidente Juscelino Kubitschek à Rodovia BR-020, que liga Brasília a Fortaleza – PLC 07/04.

Comissão debate hoje as regras sobre parcerias público-privadas

■ Objetivo do governo, com a proposta, é obter investimentos para setores carentes de recursos

O projeto do governo que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública volta a ser discutido hoje, a partir das 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Há duas semanas, o presidente do colegiado, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), concedeu vista coletiva do substitutivo do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Mediante as PPPs, o governo pretende obter novos investimentos para setores carentes de recursos, como infra-estru-



ALTERAÇÕES Parecer de Valdir Raupp propõe várias mudanças no projeto

tura, segurança, habitação e saneamento. Conforme o projeto, um contrato de parceria poderá ser firmado entre o governo e uma empresa criada especificamente para esse fim, com o objetivo de construir uma rodovia, ferrovia ou usina hidrelétrica, implantar redes de

esgotos, promover coleta e reciclagem de lixo, administrar o trânsito de uma grande cidade ou mesmo prestar serviços na área de segurança pública em um município ou estado.

O relatório de Raupp propõe várias mudanças na proposta (PLC 10/04) aprovada na Câmara dos Deputados e na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado. Entre as mudanças, o relatório enfatiza que os contratos de parceria público-privada devem observar estritamente os compromissos de austeridade e equilíbrio fiscal adotados no país, nos três níveis da administração pública (federal, estadual e municipal).

Segundo o texto sugerido pelo relator, a vigência dos contra-

tos de PPP será de no mínimo cinco anos e no máximo 35 anos. Na proposta original, os limites são de cinco e 30 anos. Em audiências públicas na CI, representantes do empresariado defenderam a adoção de contratos de 30 anos, prorrogáveis por mais 30. O governo deseja que os acordos durem no máximo de 35 anos.

O projeto que cria as PPPs, apontado como uma das prioridades legislativas do governo este ano, ainda percorrerá um caminho longo até chegar à sanção presidencial. Depois de votado pela CAE, irá ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). É muito provável que várias modificações sejam aprovadas no Senado, o que obrigaria o projeto a retornar, após votação em Plenário, para nova análise pelos deputados.

Governo pensa em mudar alguns pontos do relatório

Na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que discutiu o projeto de parceria público-privada, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), enumerou alguns dos pontos que o governo pensa em modificar no relatório de Valdir Raupp sobre a matéria:

1 – **Leilão dos projetos** – Aloizio Mercadante já manifestou a

discordância do governo com a proposta de se realizarem apenas duas rodadas de leilão para a escolha da empresa. Isso, alega o líder, favorece a cartelização. O governo quer licitação com apresentação de propostas em envelopes fechados.

2 – **Compartilhamento de perdas** – Raupp propõe que as perdas decorrentes de aumento de risco do projeto sejam

compartilhadas pelo governo. Mercadante critica a postura, pois acha que os sócios privados devem assumir riscos, como em qualquer empreendimento capitalista.

3 – **Investimentos** – o relatório não garante prioridade ao PPP no recebimento de recursos orçamentários, mas o líder do governo argumenta que o instrumento deve ser assegura-

do, porque se tratam de obras já realizadas.

4 – **Indenização** – o relatório estipula que os investimentos de PPP sejam incorporados ao patrimônio público somente mediante indenização. Mas, segundo Mercadante, isso faria com que o governo, na prática, tivesse que pagar duas vezes, já que também contribui com repasses de dinheiro.

Senado precisa votar cinco medidas provisórias para desobstruir a pauta

O Plenário precisa votar hoje cinco medidas provisórias (MPs) para liberar a pauta. O primeiro item da ordem do dia é o projeto de lei de conversão (PLV 34/04) oriundo da MP 177/04, que estabelece procedimentos para o recolhimento eletrônico do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante. O adicional destina-se a atender aos encargos da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção naval.

Outra matéria que está sobrestando a pauta é o PLV 35/04, decorrente da Medida Provisória 178/04, que autoriza, em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos relativos à Cide (Con-

tribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre combustíveis), a estados e ao Distrito Federal, para a reparação imediata da malha viária danificada por chuvas e inundações.

O terceiro projeto de lei de conversão agendado para votação é o PLV 36/04, proveniente da MP 179/04, que trata da conta corrente de depósito para investimento, nova modalidade de conta sobre cuja movimentação não incidirá a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Os senadores deverão votar ainda a Medida Provisória 180/04, que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 1,4 bilhão para viabilizar a adesão, por parte da União, ao aumento do

capital social do Banco do Brasil S.A. O último PLV que está sobrestando a pauta é o de número 37/04, que autoriza a Eletrobrás a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

Se a pauta for liberada, o Plenário poderá decidir sobre outras matérias, entre elas o projeto de lei do Senado (PLS 221/03 – complementar) de autoria do senador César Borges (PFL-BA) que prevê a possibilidade de as Forças Armadas cooperarem na repressão ao crime organizado no país; e o projeto de decreto legislativo (PDS 527/03) que indica o nome do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

Começa exame de veto parcial a mudança em MPs

Deverá ser instalada hoje, às 14h30, a comissão mista encarregada de apreciar veto parcial do presidente da República ao projeto de conversão (PLV 13/04) da medida provisória (MP) que trata da criação do Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa).

Também hoje, às 11h, será instalada a comissão que vai analisar veto parcial a projeto (PLV 19/04) que regulamenta a partilha da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Às 10h, deverá ocorrer a instalação da comissão que apreciará veto parcial ao projeto (PLV 25/04) que trata da incidência de impostos sobre importação de bens e serviços.

Tourinho cobra estratégia para desenvolver turismo

Senador sugere criação de uma marca que mostre o potencial da cultura para atrair o turista estrangeiro

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) cobrou ontem ações e divulgação estratégicas do turismo brasileiro. Ele sugeriu a criação de uma "Marca Brasil" como atrativo para o turista estrangeiro.

– Nossas festas populares vão muito além do carnaval. São diversas e ricas e, assim como nossa história, nos singularizam entre os países americanos, multiplicando as nossas rotas turísticas – ressaltou.

Tourinho salientou que, na semana passada, encaminhou requerimento de informações ao ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, sobre a anunciada criação dos Escritórios Brasileiros de Turismo



Moreira Aloniz

INFORMAÇÕES Tourinho pede a definição de roteiros turísticos mais abrangentes

(EBTs), sobre o montante de recursos orçamentários previstos para o setor de turismo como um todo, em 2004, e sobre quem serão os responsáveis pelos EBTs e qual o critério para a escolha.

– O turismo brasileiro passou por uma revolução silenciosa que permitiu ao setor profissionalizar-se, deixando para trás um passado de improvisa-

ções, ao mesmo tempo em que conscientizou a sociedade para o fato de que turismo é um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico-social, respondendo, em curto espaço de tempo, por exponencial geração de emprego e renda – disse.

O senador citou artigo do empresário Xavier Veciana, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em que defende a criação da "Marca Brasil" e de roteiros turísticos mais abrangentes.

Ramez Tebet (PMDB-MS) observou já ter feito apelo ao governo federal para que libere os recursos do Projeto Pantanal, destinados a obras de infra-estrutura que seriam importantes para o desenvolvimento do turismo em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul. O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que 10% dos empregos no mundo estão no setor de turismo.



José Cruz

INTEGRAÇÃO Victor Vieira, diretor-executivo do Interlegis, faz palestra para delegações do Uruguai e da União Européia

Interlegis recebe comitivas estrangeiras

O diretor-executivo do Programa Interlegis, Victor Vieira, recebeu ontem comitiva de servidores do Parlamento do Uruguai e da União Européia, em visita ao Congresso Nacional a convite da Câmara dos Deputados. Eles vieram conhecer a experiência do programa de modernização do Poder Legislativo.

O Interlegis utiliza as modernas tecnologias de informação (Internet, videoconferência e

transmissão de dados) para viabilizar a comunicação entre o Senado, a Câmara, as assembleias legislativas e mais de 1.500 câmaras municipais com a população.

O grupo, formado por Paolo Oberti, Graciela Berriel, Maria Victoria Lumaca, Alfredo Monez, Pablo Sciarra, Sylvia Tosar, Gabriela López e Guillermo Geronés, também assistiu a um vídeo institucional do Interlegis.



Rosavelt Pinheiro

LIGAÇÃO Heráclito informa que obra vai beneficiar o turismo e o escoamento da safra

Heráclito anuncia construção de ponte sobre Rio Parnaíba

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) informou ao Plenário que a construção de uma nova ponte sobre o Rio Parnaíba, na divisa norte do Piauí com o Maranhão, ligando os municípios de Luzilândia (PI) e São Bernardo (MA), foi autorizada nesse domingo, por meio da publicação de edital.

A ponte ajudará o turismo e

o escoamento das safras da região.

– Fui convidado pelo governador Wellington Dias para a cerimônia de assinatura do edital. Ele lembrou que eu lutei no Congresso para que o orçamento tivesse emendas destinando verbas para essa ponte – disse.

A ponte, de 280 metros, deverá estar pronta em um ano.



CONTRIBUIÇÃO Na Assembleia Legislativa da Paraíba, Romeu Tuma recebe homenagem por serviços prestados àquela Casa

Tuma é homenageado com Medalha Epitácio Pessoa

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) foi homenageado com a Medalha e Diploma Epitácio Pessoa na última sexta-feira, em sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa. A comenda é concedida pela Casa a cidadãos que tenham contribuído para a integração dos trabalhos legislativos do estado.

Na cerimônia, realizada durante a 8ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, os parlamentares ressaltaram a

atuação de Tuma como presidente do Conselho Nacional do Programa Interlegis, uma parceria entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que busca a modernização e integração do Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal.

Foram destacados ainda os trabalhos realizados pela Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel), que tem Romeu Tuma como patrono, e conta com o apoio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Garibaldi destaca verbas para rodovias e portos do RN

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou sua satisfação diante da liberação de cerca de R\$ 42 milhões para rodovias e portos no Rio Grande do Norte. Os recursos foram anunciados pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, durante visita ao estado.

Segundo Garibaldi, o ministro declarou que não reterá verbas para reparação de rodovias, portos, hidrovias e fer-



Rosavelt Pinheiro

LIBERAÇÃO Garibaldi afirma que governo não vai mais reter recursos previstos no orçamento

rovias, garantindo que todos os recursos previstos no orçamento serão liberados até o fim do ano.

Os portos de Areia Branca e Natal estavam enfrentando sérios problemas operacionais por falta de recursos nos últimos meses, especialmen-

te o terminal salineiro de Areia Branca, de importância vital para a economia do Rio Grande do Norte, ressaltou Garibaldi.

De acordo com o parlamentar, Alfredo Nascimento anunciou um plano emergencial para restaurar mais de 7 mil quilômetros de rodovias do país, até dezembro do corrente ano, e 11.200 quilômetros de estradas federais até abril de 2005, totalizando R\$ 2 bilhões em investimentos.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que o ministro dos Transportes já havia liberado recursos para obras em rodovias no estado de Goiás.

CPI sobre exploração sexual faz reunião no Ceará

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de menores, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), fará hoje em Fortaleza a última reunião antes da conclusão do relatório da deputada Maria do Rosário (PT-RS). A apresentação do relatório final está prevista para o próximo dia 15. Deverão participar dos trabalhos, além dos integrantes da CPI, o presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, deputado Marcos Carls; a presidente da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente da Assembléia Legislativa do Ceará, deputada Tânia Gurgel; o secretário de Ação Social do estado, Raimundo Gomes de Matos; e a delegada da Delegacia da Criança e do Adolescente, Rena Gomes de Moura. A reunião deverá ser dividida em dois blocos, sendo o primeiro destinado a tratar da questão do turismo sexual e o segundo direcionado ao exame do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. Além das autoridades, serão ouvidas vítimas, testemunhas e acusados em casos de turismo sexual no Ceará. No segundo bloco é esperada a presença da coordenadora do Programa de Combate ao Tráfico de Seres Humanos do Ministério da Justiça, Leila Paiva, e a delegada titular da Delegacia de Apoio ao Turista do Ceará, Cândida Brun. Também serão ouvidas vítimas e envolvidas no crime de tráfico de seres humanos.



DEPOIMENTOS CPI presidida por Patrícia ouve autoridades, vítimas e testemunhas

Emenda constitucional precisa ser aprovada até o dia 10 para vigorar nas eleições deste ano

A dez dias do prazo limite fixado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a aprovação, pelo Congresso Nacional, de novas regras para as eleições municipais de outubro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado começará a analisar a proposta (PEC 55/01) que trata da redução de vagas para vereadores em todo o país. Duas propostas de emenda constitucional que tratam do assunto, a PEC aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados e outra do Senado, que já havia sido aprovada na CCJ, foram apensadas. O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), admitiu que o prazo é extremamente curto para a discussão da PEC, que, após passar pela CCJ, ainda precisará ser votada em dois

Tema volta ao debate após decisão do Supremo

A proposta de emenda constitucional que trata do número de vereadores tem uma longa história no Senado Federal. Ainda em 1992, o então senador José Fogaça elaborou parecer favorável à sua aprovação. Entretanto, requerimento de autoria do ex-senador Ney Maranhão adiou a votação. Ele questionava a constitucionalidade do artigo 2º da proposta, diante do artigo 16 da Constituição, pelo qual a mudança da regra do jogo eleitoral somente se aplica ao pleito que se realizar um ano depois.

Hoje, de acordo com o senador Jefferson Péres, essa questão está superada, uma vez que nas eleições daquele ano aplicaram-se as regras constitucionais vigentes um ano antes. Diante disso, o artigo 2º da PEC ficou prejudicado.

A discussão em torno da proposta voltou ao Congresso após decisão do Supremo Tribunal Federal, em março deste ano.

– Foram muitas pressões, não apenas por parte de vereadores e aspirantes ao cargo,



TRAMITAÇÃO Jefferson lembra que a proposta deve ser aprovada na CCJ e em Plenário

turnos pelo Plenário.

– Caso o Senado não consiga aprovar a proposta, deverão prevalecer nas eleições de outubro as regras definidas pelo TSE, que reduzem o número de vereadores em todo o país em 8.528 – afirmou Jefferson Péres. O senador adiantou ser favorável aos cortes mais significativos estabelecidos pelo TSE. A proposta aprovada na Câmara prevê o corte de 5 mil vereadores e a do Senado, de 3 mil vagas.

A proposição da Câmara, de autoria do deputado Jefferson Campos (PMDB-SP), na opi-

mas também de senadores, o que fez com que a proposta de emenda fosse aprovada em curto espaço de tempo na CCJ – comenta Jefferson Péres.

O relator reafirmou sua posição favorável a uma redução expressiva, não somente de vagas para vereadores, como também para senadores e deputados. Porém, segundo ele, no caso da PEC, “nem se quisesse poderia ter introduzido as modificações que gostaria”.

– A proposta não tem qualquer inconstitucionalidade; portanto, não seria possível fazer um parecer contrário, já que cabe à CCJ somente apreciar a constitucionalidade.

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou voto em separado contrário à proposta, por entender que a Câmara dos Deputados já estava analisando uma PEC análoga à do Senado.

Tião Viana também discorda da PEC pelo fato de a proposta deslocar a atribuição de fixação do número de vereadores para a Justiça Eleitoral.



PREFERÊNCIA Conforme Bornhausen, projeto da Câmara representa maior economia

nião de senadores, representa menos gastos para as câmaras municipais. Segundo o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), a proposta aprovada pelos deputados, além de representar economia, atende melhor à distribuição de vereadores em todo o país.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) concorda com essa posição. “A proposta da Câmara é melhor que a do Senado, mas corre o risco de não ser aprovada e promulgada até 10 de junho, para vigorar ainda nas eleições muni-



OPORTUNIDADE Valadares destaca escassez de prazo para votação da matéria

pais deste ano.”

A mobilização no Congresso Nacional em torno do assunto teve início em março, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou ação movida pelo Ministério Público de São Paulo em torno do número de vereadores do município de Mira Estrela (SP). As regras que serviram como parâmetro para o caso foram confirmadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, passando a prevalecer para o cálculo do número de vereadores por habitantes em todo o país já nas próximas eleições.

Propostas reduzem cortes

- Em 24 de março, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou Recurso Extraordinário 197.917, do Ministério Público de São Paulo, contra dispositivo da Lei Orgânica do município de Mira Estrela (SP), que fixava o número de vereadores. De acordo com o STF, no caso de Mira Estrela, que tem menos de 3 mil habitantes, o município se enquadrava no mínimo constitucional de nove vereadores. Por 8 votos a 3, o Plenário fixou entendimento de que os municípios têm direito a um vereador para cada 47.619 habitantes. Os critérios adotados no caso do município paulista foram confirmados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e serviram como parâmetro para todo o país. Pelas regras do TSE, diminuem em 8.500 as vagas para vereadores.
- Diante das pressões contrárias, o Congresso reagiu à medida. O Senado colocou em pauta proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do ex-deputado Genebaldo Correia, de 1991. A emenda foi votada em primeiro turno na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 28 de abril e, agora, apensada à PEC aprovada pela Câmara. De acordo com a proposta, haveria um corte de 3 mil vagas para vereadores.

- Também reagindo à decisão do TSE, foi criada uma comissão especial na Câmara encarregada de analisar relatório do deputado Jefferson Campos (PMDB-SP) que reduz o corte aprovado pelo STF. O relator propôs um substitutivo às três PECs em análise na Câmara sobre o assunto. De acordo com a proposta, seriam criadas 21 faixas populacionais para substituir três que existem hoje na Constituição, e impõe um número máximo de vereadores para cada faixa. A PEC da Câmara, já votada em segundo turno, aguarda decisão da CCJ do Senado. A proposta diminui em 5.000 o número de vereadores em todo o país.
- De acordo com as normas eleitorais, se a emenda não for promulgada até 10 de junho, deverão prevalecer as regras fixadas pelo STF.

Para Mão Santa, maior superávit significa menor investimento no social

O senador Mão Santa (PMDB-PI) estranhou da tribuna que o governo tenha festejado na sexta-feira o anúncio de superávit primário recorde, quando no fundo isso significa que ele reservou mais dinheiro para pagamento de juros e gastou menos com o social. O parlamentar perguntou ainda se o governo age com "ignorância ou má-fé" ao "sol-

tar fogos" pelo anúncio de que a economia cresceu 2,7% no primeiro trimestre de 2004, comparando-se com o mesmo período de 2003.

– A verdade é bem diferente e, se tomarmos os últimos 12 meses, o crescimento brasileiro foi zero. O país só voltará a crescer se resolver três gargalos: falta de investimento público e privado, renda concentra-

da e carga tributária elevada demais – disse.

Assim, conforme Mão Santa, não há investimento porque a poupança pública "vai quase toda" para o pagamento de juros da dívida pública. A renda concentrada, por sua vez, exclui dos mercados a grande maioria da população. Finalmente, o senador do Piauí lembrou que a

carga tributária do Brasil chegou a 38% do Produto Interno Bruto, quando nos países emergentes a média é de 21%.

Mão Santa leu trechos do documento divulgado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com "duras críticas ao governo Lula", como a taxa dos inativos, o baixo aumento do salário mí-

nimo, a injustiça dos impostos (que taxa de forma igual quem ganha R\$ 1.500 ou R\$ 15 mil) e o não cumprimento das promessas de campanha para a área social.

O senador foi apoiado por Alvaro Dias (PSDB-PR), que recordou que a Justiça de primeira instância do Paraná já concedeu liminar contra a cobrança de 11% dos inativos.

Juvêncio comenta denúncia contra Zeca do PT

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) disse ontem que seu estado está assistindo neste momento a um "espetáculo de corrupção familiar" promovido pelo governador Zeca do PT. O parlamentar sulmato-grossense referiu-se à denúncia de que parentes do governador teriam sido favorecidos na venda de porto fluvial na cidade de Porto Murinho, de acordo com matéria publicada na edição desse fim de semana da revista *Época*.

O terminal hidroviário, que movimentará R\$ 9 milhões por ano, foi privatizado sob a alegação de que devia R\$ 2 milhões à empreiteira Egelte, responsável pela construção do porto. Zeca do PT teria nomeado uma comissão com o objetivo de apontar opções para a quitação do débito. De acordo com a revista *Época*, entre os integrantes da comissão estavam Heitor Santos, irmão do governador, e Fermiano Yarzon, assessor da Secretaria de Habitação.

Ainda segundo a revista, quatro anos depois da privatização do porto, Santos e Yarzon tornaram-se sócios da empresa que o administra. Além do irmão, um sobrinho e uma cunhada de Zeca do PT também seriam sócios do porto fluvial.

O senador pelo PDT recebeu, em aparte, apoio do senador Ramez Tebet (PMDB-MS).



PROTESTO Segundo Juvêncio, MS assiste a "espetáculo de corrupção familiar"

Agripino colhe assinaturas para a CPI da corrupção

■ Senador propõe ampla investigação de denúncias contra funcionários do alto escalão do governo

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), anunciou ontem que, junto com o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), está colhendo assinaturas para instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção no governo Lula.

– Tomamos a iniciativa de pedir uma CPI ampla para investigar Santo André, a organização não-governamental Ágora, os vampiros da Saúde, os bingos, Waldomiro Diniz e todos esses assuntos que têm a especialíssima característica de ser corrupção praticada por pessoas de alto escalão dos ministérios e nomeadas pela alta cúpula



EXPLICAÇÃO Comissão vai responder a uma demanda da sociedade, assegura Agripino

do PT, que insiste em dizer que não tem nada com isso – afirmou o parlamentar.

Lista

Agripino pediu aos senadores que assinem a lista que propiciará a instalação da CPI. Ele argumenta que não aprová-la será muito pior, porque a sociedade vai entender que ao governo Lula não interessa apu-

Governo é conivente com irregularidades, diz Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) declarou que o governo Lula é conivente com a corrupção e anunciou que deseja ser um dos primeiros a assinar requerimento pela instalação da CPI da corrupção, no Senado.

– É verdade que o governo Lula não pode ser responsabilizado pela pobreza, que existe há séculos, mas estou culpando a atual administração pelos números recordes de desemprego, incompetência administrativa e conivência com a corrupção – afirmou.

O parlamentar citou a compra do avião *Airbus*, no valor de R\$ 180 milhões, como um dos muitos desmandos do governo. Segundo ele, países ricos como

a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha ou o Japão não dispõem de um avião suntuoso como o encomendado para o presidente brasileiro. Somente o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, pode dispor de uma aeronave presidencial desse nível, disse.

Alvaro observou que o valor a ser pago pelo *Airbus*, aquisição feita sem concorrência pública, poderia criar 350 mil empregos no interior do país, onde R\$ 5 mil são suficientes para gerar um novo posto de trabalho. Ele lembra que o desemprego já atingiu 13,1% nas seis maiores áreas metropolitanas do país, em abril. "Esse índice é inédito na história do Brasil", assinalou.

rar irregularidades. O senador avisou que a oposição continuará lutando para remover a corrupção da vida pública.

– Tenho certeza de que, muito breve, as 27 assinaturas necessárias vão estar coletadas. Vamos ficar na nossa briga permanente para fazer valer o direito das minorias e para fazer com que uma CPI que investigue a corrupção possa responder à demanda do povo brasileiro – observou Agripino.

O senador ressaltou que nada lhe causa mais revolta que tratar de corrupção. Tendo participado dos trabalhos da CPI do Judiciário, Agripino disse que investigar corrupção implica pesquisar a fundo a vida de pessoas que estão reconhecidamente comprometidas com o dolo. Ele lembrou que, das investigações daquela comissão de inquérito, resultaram a condenação do juiz Nicolau e a cassação de um senador.



DESMANDO Alvaro também critica encomenda de avião para uso do presidente Lula

Em aparte, Marcos Guerra (PSDB-ES) criticou a falta de apoio às microempresas, que geram muitos postos de trabalho. Já Maguito Vilela (PMDB-GO) ressaltou que oito anos do governo Fernando Henrique não foram suficientes para colocar o país nos trilhos. Para ele, Lula merece voto de confiança.



RESTRIÇÃO Para José Jorge, Congresso fica prejudicado sem poder investigar o governo

José Jorge cobra decisão do STF sobre recursos da minoria

O senador José Jorge (PFL-PE) conclamou o Supremo Tribunal Federal (STF) a decidir, com urgência, os recursos que reclamam o direito de a minoria instalar comissões parlamentares de inquérito. Para ele, o Congresso não tem funcionado em sua plenitude sem o poder de instalar CPIs sobre os desmandos do governo.

Desde a proposta de CPI sobre o caso Waldomiro Diniz, observou o senador, surgiram outros escândalos, como o da organização não-governamental Ágora e, mais recentemente, o do esquema de fraudes na compra de hemoderivados pelo Ministério da Saúde. "Agora vamos precisar de uma CPI ampla da corrupção", afirmou.

José Jorge lamentou que o governo nada esteja fazendo para investigar os desvios e punir os culpados. Os responsáveis pelo esquema de corrupção no Ministério da Saúde, acusou o senador, são pessoas de inteira confiança do PT, como Luiz Cláudio Gomes da Silva, Manuel Pereira Braga Netto e Reginaldo Barreto.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) disse que o PT não é mais o partido da ética. Para Antero Paes de Barros (PSDB-MT), é urgente que o ministro da Saúde, Humberto Costa, seja ouvido na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC).

Serys considera possível reajuste maior que R\$ 20

Não é o Congresso que precisa convencer a equipe econômica de que é possível conceder um salário mínimo superior a R\$ 260; o governo é que deve explicar aos parlamentares por que fez um superávit primário acima do exigido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A afirmação foi feita ontem em



Serys afirma que governo gerou superávit acima do exigido pelo FMI

Plenário pela senadora Serys Silhessarenko (PT-MT). A parlamentar ressaltou que, caso o governo a convença da justiça dessa medida, ela votará a favor da proposta que fixa o mínimo em R\$ 260.

Estudos de instituições econômicas independentes demonstram que é possível conceder reajuste superior aos R\$ 20 estabelecidos pelo governo para o mínimo, salientou a senadora. É evidente, na opinião

de Serys, que o problema está na utilização de recursos da Previdência Social para compor o superávit primário, pois é inaceitável o argumento de que um salário mínimo maior do que R\$ 260 comprometerá as contas da Previdência. “Com a reforma da Previdência, essa desculpa não pode mais ser utilizada”, disse, ressaltando ainda que houve um aumento na arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

– Com Poderes sérios e responsáveis e trabalhando de forma integrada, será possível dar melhores condições de vida para o trabalhador, com um salário mínimo com poder de compra – observou a senadora por Mato Grosso.

Marcos Guerra defende papel da micro e pequena empresa

Ao relatar seu comparecimento ao seminário sobre A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, realizado em Brasília, o senador Marcos Guerra (PSDB-ES) afirmou que um dos seus grandes objetivos no Legislativo é lutar por uma periodicidade menor para a alteração das faixas que classificam as empresas brasileiras.



Marcos Guerra cobra mudança rápida na legislação

– Todos sabemos que esses limites se estreitam com o passar do tempo, impedem o crescimento dos negócios, podendo causar desemprego e até a “morte” da empresa ou sua conseqüente migração para a informalidade. Parto do princípio de que são elas as grandes geradoras de emprego no país e de que, com a extrema capilaridade que as torna presentes em todas as regiões brasileiras, atuam como dínamos propulsores de nossa economia.

O parlamentar disse que a legislação relativa a esse segmento da economia precisa ser al-

terada no mais breve espaço de tempo possível. “Caso contrário, estaremos promovendo a extinção de quem realmente emprega e promove distribuição de renda no Brasil”, alertou.

Marcos Guerra sustentou que cabe ao poder público estimular esses empreendimentos, sem opor-lhes medidas burocráticas e ineficazes, na maioria das vezes proibitivas de seu pleno e desejável desenvolvimento. Também salientou que diversas lacunas precisam ser preenchidas na legislação para tornar a configuração do Simples adequada às necessidades do desenvolvimento do país.

– É o que acontece, por exemplo, com a questão dos valores monetários envolvidos na fixação do limite máximo de faturamento para que uma empresa possa aderir ao Simples. Da mesma maneira, há que se eliminar as formas de impedimento à opção pelo sistema.

Paim: há recursos para aumentar salário mínimo

■ Conforme senador, estudo aponta desvio de R\$ 40 bi que se destinavam à Seguridade Social

“Se o governo não quiser dar um reajuste maior ao salário mínimo, não dê, mas não fale que não tem de onde tirar o dinheiro”, disse o senador Paulo Paim (PT-RS) ao defender mais uma vez um aumento superior aos R\$ 20 propostos em medida provisória encaminhada ao Congresso. Ele comentou que o argumento de que faltariam recursos à Previdência Social para suportar um reajuste maior não se sustenta.

– Um estudo elaborado a partir de 1999 pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip) mostra com riqueza de detalhes as datas, as leis, os valores e os órgãos para os quais foram des-



DETALHES Paim observa que Anfip mostra para onde os recursos foram desviados

viados, durante os últimos cinco anos, 40 bilhões de reais de recursos originalmente destinados ao orçamento da Seguridade Social.

Segundo Paulo Paim, o estudo da Anfip comprova que o dinheiro da Seguridade Social tem sido a grande fonte de recursos para socorrer os orçamentos de órgãos dos Poderes

Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse dinheiro, avaliou Paulo Paim, é o que falta para bancar um aumento mais justo para o salário mínimo.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) informou que se for convencido de que existem fontes de recursos para um aumento acima de R\$ 260, o PDT apoiará. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) lamentou que projeto de Paulo Octávio (PFL-DF), que previa a vinculação dos recursos da Previdência, tenha sido rejeitado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Papaléo Paes (PMDB-AP) anunciou que não votará pelo salário mínimo de R\$ 260. Ramez Tebet (PMDB-MS) opinou que o dinheiro da Previdência não poderia ser desviado para outras finalidades. Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que o projeto de Paim de um salário mínimo de R\$ 300 terá o apoio e o voto “dos pensamentos livres do Senado”.

Hélio Costa justifica voto contrário a projeto de Paulo Octávio

Citado pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), durante aparte a discurso de Paulo Paim (PT-RS), o senador Hélio Costa (PMDB-MG) esclareceu voto contrário, proferido há quase um ano na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a projeto de lei complementar do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que previa a aplicação exclusiva na Seguridade Social da remuneração dos recursos oriundos dessa fonte orçamentária, depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

Na ocasião, Hélio Costa substituiu o presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e seu voto representou o desempate na votação e a rejeição da matéria, que havia recebido parecer favorável do relator, senador Mão Santa.

Na condição de vice-líder do governo, Hélio Costa justificou sua posição na tentativa de dar tempo ao Executivo para discutir onde deveriam ser aplicados os recursos da Previdência. “É com bom senso que se chega à posição de liderança, e não com bravatas contra o governo, que se esforça para acertar e que deve contar com nossa contribuição para que dê certo”, declarou.



Hélio Costa: “É com bom senso que se chega à posição de liderança”

Mão Santa diz que proposta resolveria problema da Previdência

Em resposta a Hélio Costa, o senador Mão Santa explicou que fez referência, no aparte, a um fato histórico do século 18, conhecido como a Inconfidência Mineira. “Talvez o senhor tenha ficado invocado porque conhece muito a história americana e não conhece a história do Brasil”, afirmou.

Mais cedo, em aparte ao pronunciamento do senador Paulo Paim, Mão Santa havia dito que, em sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ocorrida em 19 de agosto de 2003, “o espírito de Joaquim Silvério dos Reis baixou em Hélio Costa”, que presidia aquela sessão e deu o voto decisivo para a rejeição do projeto de lei que impedia o desvio dos recursos da Previdência para outras áreas. “Ele desempatou, enterrando a proposta”, avaliou.

– O que eu disse é que essa luta poderia ter acabado ali, e que existia um senador muito inspirado que fez esse projeto de lei para acabar com o problema da Previdência. O que fiz foi afirmar que as conquistas são feitas assim e invoquei a Inconfidência Mineira, que levou à independência do Brasil e, hoje, à luta de Paulo Paim pelo salário mínimo. A história é assim – acrescentou.



Mão Santa: “O que eu disse é que essa luta poderia ter acabado ali”

Brasil Sorridente terá R\$ 230 milhões este ano, diz Viana

Conforme senador, programa do governo Lula para saúde bucal receberá R\$ 545 milhões até 2006

O senador Tião Viana (PT-AC) comunicou que o programa Brasil Sorridente, lançado em março pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já atendeu mais de 38 milhões de pessoas. Conforme informou, o governo federal vai investir neste ano R\$ 230 milhões. Até 2006, serão R\$ 545 milhões, o que representa sete vezes mais do que o programa recebeu em 2002.

De acordo com pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) citada por Tião Viana, 24,5 milhões de brasileiros não têm nem sequer um dente. Ele também destacou outro estudo – da Universidade de Campinas (Unicamp) – segundo o qual 40 milhões de pessoas no país



SITUAÇÃO Tião Viana lembra que há 24,5 milhões de brasileiros sem nenhum dente

apresentam graves problemas de dentição. Esses números, comentou, comprovam a importância do programa executado pelo Ministério da Saúde.

– O ministro da Saúde, Humberto Costa, por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, adotou a estratégia de acelerar o programa Brasil Sorridente. Na gestão anterior, houve o início de um programa

de recuperação da saúde bucal, mas agora saímos de um atendimento tímido e avançamos muito em apenas um ano e quatro meses de governo – afirmou Tião Viana.

Segundo o senador, o número de equipes de saúde bucal da família passou de 4.261, em dezembro de 2002, para 6.751, em março deste ano, o que representa um aumento de 58,4%. Ele acrescentou que o valor dos incentivos às equipes foi reajustado em 65% no ano passado. O investimento mensal do Ministério da Saúde passou de R\$ 5,3 milhões em janeiro de 2003 para R\$ 9,6 milhões em janeiro passado.

Tião Viana comentou que o programa também está gerando empregos. Ele calculou que, nos primeiros 14 meses de governo, foram criados 6.450 postos diretos para cirurgião-dentista, técnico em higiene dental e auxiliar de consultório dentário.

Augusto: fumo causa 200 mil mortes por ano no país

Ao registrar que o dia 31 de maio é dedicado às comemorações do Dia Mundial sem Tabaco, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) destacou que o tabagismo é a causa principal de aproximadamente 200 mil mortes a cada ano no Brasil. Conforme salientou, são 23 pessoas que morrem por hora, vítimas de diferentes doenças provocadas pelo cigarro.

– Aponta-se que os males cardiovasculares e o câncer, sobretudo o de pulmão, constituem as principais causas de morte no Brasil. Estudos científicos revelam que tão-somente 6,7% dos casos de câncer de pulmão não guardam relação com o cigarro. Em 90% dos casos, a do-

ença ocorre em fumantes, e 3,3%, nas pessoas que estão próximas, os fumantes passivos – afirmou Augusto Botelho.

Objetivos

O Dia Mundial sem Tabaco, explicou o senador, tem por finalidade advertir as populações sobre os males provocados pelo consumo de produtos originados do tabaco, divulgar e reforçar a legislação que restringe a sua utilização em ambientes fechados e estimular os principais empregadores a converterem suas empresas em ambientes livres do fumo.

Augusto Botelho comemorou o fato de a legislação antitabagista estar alcançando avanços no país, com a garantia dos di-



DATA Augusto Botelho destacou a comemoração, ontem, do Dia Mundial sem Tabaco

reitos dos não fumantes.

Ele citou como fatos positivos a proibição da propaganda e publicidade dos derivados do tabaco em revistas, jornais, televisão, rádio e outros meios de comunicação.

O senador disse que apóia integralmente os programas destinados à redução do tabagismo que estão sendo desenvolvidos no Brasil.



INTERNET Capiberibe ressalta a divulgação de gastos do Ministério da Saúde

Capiberibe elogia página com contratos da Saúde

O senador João Capiberibe (PSB-AP) elogiou o Ministério da Saúde pela criação de página na Internet para expor licitações e contratos, tornando públicos os gastos da pasta, de acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*. Preocupado com as notícias de corrupção envolvendo a compra de hemoderivados, o senador disse que enviou, no mês pas-

sado, ofício ao ministro da Saúde, Humberto Costa, propondo esse tipo de controle, já adotado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Capiberibe informou que a iniciativa da Ciência e Tecnologia mostra o empenho das despesas, informando o tipo de licitação, o beneficiário, os valores unitários e global, “enfim, todas as informações necessárias a um cidadão que queira acompanhar os gastos públicos”.

Capiberibe aguarda audiência com Humberto Costa para conversarem sobre o assunto.

Segundo o senador, a medida do Ministério da Saúde não poderia ser postergada, já que a Operação Vampiro revelou que o desvio de recursos da Saúde acontecia havia 12 anos, consumindo boa parte do orçamento de R\$ 36 bilhões.

João Capiberibe considera que hoje é possível o poder público oferecer transparência ao contribuinte por meio da informática, “basta ter vontade”, afirmou.

– Roubar dinheiro da Saúde é algo absurdo. A gente vê que isso é antigo – concluiu.

Senadores fazem votos de recuperação de Mercadante

A assessoria da liderança do governo no Senado divulgou ontem nota à imprensa informando que o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) se encontra internado no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo (SP), para submeter-se hoje a uma cirurgia de extração da vesícula biliar.

Em Plenário, os senadores João Capiberibe (PSB-AP), Tião Viana (PT-AC) e Papaléo Paes (PMDB-AP) fizeram votos de pronta recuperação ao líder do governo. Capiberibe mencionou a nota divulgada pela assessoria de Mercadante e lhe desejou sucesso na cirurgia. Tião Viana informou que o senador paulista apresenta bom



SAÚDE Mercadante está internado para cirurgia de extração da vesícula biliar

estado de saúde e, naquele momento, acompanhava pela TV Senado a sessão plenária.

Presidindo a sessão, Papaléo salientou que Mercadante tem todas as condições de se recuperar prontamente.

Em seu discurso, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) também expressou o desejo de rápido retorno de Aloizio Mercadante à Casa. Do mesmo modo manifestou-se o senador Maguito Vilela (PMDB-GO).



Jefferson critica projeto de cotas para negros proposto pelo governo

Referindo-se ao projeto de lei (PL 3.627/04) do Executivo para garantir, nas universidades federais, vagas para negros e indígenas egressos de escolas públicas, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) – foto – afirmou que o governo do PT preferiu “enve-

redar pela demagogia do facilitário”. Em sua opinião, é preciso desativar o “potencial devastador” do projeto sobre o futuro da universidade brasileira.

O parlamentar entende que correto seria o Executivo trilhar “o ár-

duo, longo e pouco vistoso caminho dos investimentos financeiros, materiais, tecnológicos e humanos, consistentes e sustentados, para a superação das múltiplas deficiências dos níveis fundamental e médio do ensino público”.

Para Jefferson Péres, durante a tramitação do projeto no Senado, especialmente na Comissão de Educação, “os senadores têm obrigação de transformar radicalmente o texto e colocá-lo a serviço do progresso nacional”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Papaléo Paes